



# CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



## DESPACHO

Senhor Procurador Jurídico,

Submetemos à apreciação de V. Sa., o contrato n.º **14.04.2023.01** firmado por esta Câmara Municipal, com a empresa **ASP AUTOMAÇÃO SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, pelo valor global atualizado de **R\$ 22.800,00 (Vinte e dois mil e oitocentos reais)**, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE SOFTWARES, CONSTANDO DE IMPLANTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E DE DADOS E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS PARA UTILIZAÇÃO, JUNTO AO PODER LEGISLATIVO DE UBAJARA/CE**, decorrente do processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n.º 005/2023-PE, conforme justificativas que seguem:

**CONSIDERANDO** o decurso do prazo de vigência do contrato, que por si só já caracteriza a situação de vantajosidade, tendo em vista a manutenção do valor originalmente contratado, restando comprovada a vantajosidade de se continuar com a prestação dos serviços objeto contratual, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em pauta;

**CONSIDERANDO** o inteiro teor da Lei de Greve, onde é elencado um rol de serviços ou atividades considerados essenciais, neste estando incluídos os serviços de processamento de dados ligados a serviços essenciais, conforme disposto no *inciso IX, do art. 10, da Lei 7.783/1989 - Lei de Greve*, bem como Resposta a Consulta Técnica, datada de 11.12.2017, da lavra da Diretoria de Assistência Técnica e Planejamento - DATEP, através da sua Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios - COTEM, órgão assessorio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE, inclusive apontando como fundamento o acolhimento integral da **Informação Técnica n.º 111/01 - Processo n.º 2.715/01 - Interessado: Prefeitura Municipal de Amontada-CE**, onde resta indubitavelmente comprovado de forma pacífica o entendimento de que os Serviços de processamento de dados ligados a serviços essenciais, neste íterim estando incluídos a “**Locação do Sistema disposto no objeto contratual**”, enquadrando-se no rol de serviços de natureza contínua, onde sua interrupção/paralisação causaria prejuízo para a execução das Atividades Administrativas de natureza contínua e,

**CONSIDERANDO** que a Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de recursos orçamentários. Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, com certeza, irá existir recursos para efetivação destes serviços, restando comprovada que a prorrogabilidade do contrato em pauta encontra-se assegurada pelo disposto nos incisos II e IV, do art. 57, da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório e contratual. Assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Tendo em vista que os serviços prestados são essenciais e indispensáveis para o bom andamento das atividades do município e que seu vencimento dar-se-á em 14 de Abril de 2024, solicitamos que seja analisada a possibilidade da prorrogação do referido contrato, apresentando-nos parecer fundamentado e conclusivo sobre o assunto.

UBAJARA - CE, 08 de Abril de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
FILIPE DE ANDRADE COSTA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



Fortaleza, 08 de abril de 2024.

À  
Câmara Municipal de Ubajara– CE  
Setor de Contratos  
Referente ao Processo Licitatório – Pregão Eletrônico nº 005/2023-PE  
**Assunto: Término de vigência contratual.**

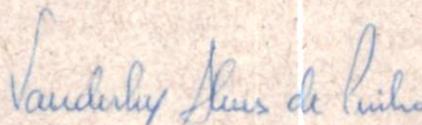
Prezados(as) Senhores(as),

A empresa **ASP – Automação, Serviços e Produtos de Informática Ltda.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.288.268/0001-04, com sede na rua Lauro Maia, nº 1120, Bairro de Fátima, na cidade de Fortaleza – Ceará, considerando a previsão do término da vigência do contrato prevista para **14/04/2024**, e já decorrido o prazo permissivo constante do inciso IV, art. 57, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), referente ao contrato firmado com essa Entidade Pública, e considerando a necessária continuidade do serviço, por se tratar de serviço essencial, ou seja, que não pode ser interrompido, vem, nos termos da Lei nº 8.666/93, manifestar o interesse de continuar prestando o serviço de sessão de uso de software de gestão pública com esta Entidade Pública, conforme o caso.

Assim sendo, e especialmente por se tratar de serviços essenciais à Administração Pública, requer a avaliação da continuidade dos serviços de licença de uso de software, objeto do presente comunicado.

Atenciosamente,

Representante Legal



**Vanderley Alves de Pinho**  
Gerente Geral Aspec Informática





# CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



## PARECER JURÍDICO

Senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

Vem a esta procuradoria jurídica para exame e parecer fundamentado sobre a prorrogação de prazo do contrato n.º 14.04.2023.01 firmado por esta Câmara Municipal, com a empresa **ASP AUTOMAÇÃO SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, pelo valor global atualizado de **R\$ 22.800,00 (Vinte e dois mil e oitocentos reais)**, com prazo de vigência até 14 de Abril de 2024, cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE SOFTWARES, CONSTANDO DE IMPLANTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E DE DADOS E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS PARA UTILIZAÇÃO, JUNTO AO PODER LEGISLATIVO DE UBAJARA/CE**, decorrente do processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO n.º 005/2023-PE.

O referido contrato contempla serviços a serem executados de forma contínua, consultados os interesses da Administração e, considerando a manifestação de interesse da contratada, bem como o decurso do prazo de vigência do contrato, que por si só já caracteriza a situação de vantajosidade, tendo em vista a manutenção do valor originalmente contratado, restando comprovada a vantajosidade de se continuar com a prestação dos serviços objeto contratual, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo ter seu prazo prorrogado por mais 12 (doze) meses, conforme estabelece o artigo 57, incisos II e IV, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, **in verbis**:

*“Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:*

*II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.”*

*IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.*

No tocante a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, o Tribunal de Contas da União - TCU, com fulcro no **Acórdão 1214/2013-Plenário, TC 006.156/2011-8, relator Ministro Aroldo Cedraz, 22.5.2013**, inovou ao emitir o **Informativo n.º 153/2013**, onde resta pacífico o entendimento do TCU quanto à desnecessidade da realização de nova pesquisa de mercado, no caso de eventual prorrogação contratual de serviços de natureza contínua, sendo tal medida tida como custosa e burocrática, tendo em vista que a manutenção do preço originalmente contratado por si só caracteriza-se como condição de vantajosidade, **in verbis**:

**Informativo n.º 153/2013 do TCU**

5. Para o aperfeiçoamento da contratação e gestão de contratos de prestação de serviços de natureza contínua, recomenda-se à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento a incorporação dos seguintes procedimentos à IN/MP 2/2008:





# CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



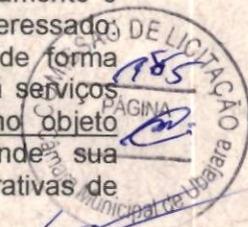
(...)

5.2. Demonstração de vantajosidade econômica da prorrogação contratual, sem a necessidade de pesquisa de mercado, quando previstos requisitos contratuais de reajuste salarial, de índices de preços de insumos e de limites de preço para contratação.

Ainda na representação que analisou aspectos relacionados aos contratos de prestação de serviços de natureza contínua, o Tribunal cuidou da questão da baixa eficiência e efetividade das pesquisas de mercado atualmente para subsidiarem as prorrogações contratuais. O grupo de estudos multi-institucional argumentou que os itens que compõem o custo dos serviços de natureza continuada - remuneração, encargos sociais, insumos e LDI - variam, em grande medida, segundo parâmetros bem definidos, de forma que a realização de nova pesquisa de mercado, no caso de eventual prorrogação contratual, seria medida custosa e burocrática, não retratando, verdadeiramente, o mercado, uma vez que ela tem normalmente levado a preços superiores aos obtidos na licitação. Em seu voto, o relator, diante das informações apresentadas, sugeriu que se entendesse desnecessária a realização de pesquisa junto ao mercado e a outros órgãos/entidades da Administração Pública para a prorrogação de contratos de natureza continuada, desde que as seguintes condições contratuais estejam presentes, assegurando a vantajosidade da prorrogação: a) previsão de que as repactuações de preços envolvendo a folha de salários serão efetuadas somente com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência de lei; b) previsão de que as repactuações de preços envolvendo materiais e insumos (exceto, para estes últimos, quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei), serão efetuadas com base em índices setoriais oficiais, previamente definidos no contrato, a eles correlacionados, ou, na falta de índice setorial oficial específico, por outro índice oficial que guarde maior correlação com o segmento econômico em que estejam inseridos ou adotando, na ausência de índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE. Para o caso particular dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, o relator adicionou ainda a aderência de valores a limites fixado em ato da SLTI/MP. Nos termos do voto do relator, o Plenário manifestou sua anuência. **Acórdão 1214/2013-Plenário, TC 006.156/2011-8, relator Ministro Aroldo Cedraz, 22.5.2013.**

(Grifos nossos)

Tem-se ainda, o disposto no inteiro teor da Lei de Greve, onde é elencado um rol de serviços ou atividades considerados essenciais, neste estando incluídos os serviços de processamento de dados ligados a serviços essenciais, conforme disposto no *inciso IX, do art. 10, da Lei 7.783/1989 - Lei de Greve*, bem como Resposta a Consulta Técnica, datada de 11.12.2017, da lavra da Diretoria de Assistência Técnica e Planejamento - DATEP, através da sua Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios - COTEM, órgão assessorio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE, inclusive apontando como fundamento o acolhimento integral da **Informação Técnica nº 111/01 - Processo nº 2.715/01 - Interessado: Prefeitura Municipal de Amontada-CE**, onde resta indubitavelmente comprovado de forma pacífica o entendimento de que os Serviços de processamento de dados ligados a serviços essenciais, neste interim estando incluídos a “Locação do Sistema disposto no objeto contratual”, enquadrando-se no rol de serviços de natureza contínua, onde sua interrupção/paralisação causaria prejuízo para a execução das Atividades Administrativas de natureza contínua e,





# CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



*Efetivamente*, o serviço objeto da presente demanda, por sua natureza, amolda-se à previsão legal indigitada, vez que prestado de forma contínua, isto para a obtenção da maior vantagem para a Administração.

A *prestação* de serviços contínuos, a que aduz a previsão legal invocada, assoma-se em atendimento à necessidade continuada da Administração, que não se perfaz num determinado momento, demandado o tempo necessário aquela satisfação.

Portanto, estando tudo de conformidade com a legislação acima mencionada, somos de **PARECER FAVORÁVEL** a prorrogação do prazo do contrato supra mencionado, pelo período de 12 (doze) meses, assegurando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Por derradeiro, cumpre salientar que esta Assessoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, além disso, este parecer é de caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do Gestor Municipal (TCU, Acórdão nº 2935/2011, Plenário, Rel. Min. WALTON ALENCAR RODRIGUES, DOU de 17/05/2011). Como diz JUSTEN FILHO (2014. p. 689) “o essencial é a regularidade dos atos, não a aprovação da assessoria jurídica”, ou seja, o gestor é livre no seu poder de decisão.

Diante do exposto, opino pela aprovação, propondo o retorno à CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE para as providências cabíveis.

É o nosso parecer.

S.M.J.

UBAJARA - CE, 09 de Abril de 2024.

  
Lucas Verçosa de Sousa  
OAB/PI N° 21.793  
Portaria n° 005/2023  
Procurador Geral da Câmara (PGC)





# CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



## AUTORIZAÇÃO

Senhor Assessor,

Considerando a necessidade da continuidade dos serviços prestados pela empresa **ASP AUTOMAÇÃO SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, combinado com o amparo legal ressaltado por nossa assessoria jurídica, autorizamos a prorrogação do prazo contratual por mais **12 (doze) meses**, com vigência a partir de 14 de Abril de 2024, fixando o seu novo vencimento em 14 de Abril de 2025.

UBAJARA-CE, 10 de Abril de 2024.

FILIPE DE ANDRADE COSTA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL





# CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14.04.2023.01 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA, ATRAVÉS DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E A EMPRESA ASP AUTOMAÇÃO SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:**

A Câmara Municipal de Ubajara, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Monsenhor Gonçalo Eufrásio, 412, Bairro Dep. Grijalva Costa, Ubajara-Ce, CEP: 62.350-000 inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.577.423/0001-55, neste ato representado pelo Presidente do Legislativo Municipal Sr. **FILIFE DE ANDRADE COSTA**, doravante denominado de CONTRATANTE, no final assinado e, de outro lado à empresa **ASP AUTOMAÇÃO SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 02.288.268/0001-04, sediado(a) na Rua Lauro Maia, 1120, Bairro Fátima, Fortaleza/CE - CEP: 60.055-210, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **RAIMUNDO FREIRE DE BRITO NETO**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 2002028026885, expedida pela (o) SSP/CE, e CPF nº 060.404.797-52, ao fim assinado, resolvem firmar o presente Aditivo ao Contrato decorrente do processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2023-PE cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE SOFTWARES, CONSTANDO DE IMPLANTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E DE DADOS E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS PARA UTILIZAÇÃO, JUNTO AO PODER LEGISLATIVO DE UBAJARA/CE**, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento o art. 57, incisos II e IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL**

2.1 - O presente aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo do contrato resultante do procedimento licitatório acima referido. O prazo contratual anteriormente pactuado será prorrogado pelo período referente a 12 (doze) meses. Portanto, terá vigência a partir de 14 de Abril de 2024 até 14 de Abril de 2025.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA**

3.1 - A Prorrogação Contratual é uma prerrogativa da Administração Pública, que poderá utilizá-la quando respaldada legalmente, fato este, óbvio, no caso em tela. São dois os motivos preponderantes, entre outros: O primeiro consiste na inconveniência da suspensão das atividades de interesse público, provenientes de serviços prestados de modo contínuo; o segundo é a previsibilidade de recursos orçamentários. Em princípio, qualquer que seja a distribuição de verbas no orçamento anual, com certeza, irão existir recursos para efetivação destes serviços.

3.2 - A prorrogabilidade do contrato em pauta, encontra-se assegurada pelo disposto nos incisos II e IV, do art. 57, da Lei de licitações vigente, como pela sua previsibilidade no instrumento convocatório e contratual. Assegurando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

3.3 - Tem-se ainda, o disposto no inteiro teor da Lei de Greve, onde é elencado um rol de serviços ou atividades considerados essenciais, neste estando incluídos os serviços de processamento de dados ligados a serviços essenciais, conforme disposto no inciso IX, do art. 10, da Lei 7.783/1989 - Lei de Greve, bem como Resposta a Consulta Técnica, datada de 11.12.2017, da lavra da Diretoria de Assistência Técnica e Planejamento - DATEP, através da sua Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios - COTEM, órgão assessorio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará - TCE/CE, inclusive apontando como fundamento o acolhimento integral da **Informação Técnica nº 111/01 - Processo nº 2.715/01 - Interessado: Prefeitura Municipal de Amontada-CE**, onde resta indubitavelmente comprovado de forma pacífica o entendimento de que os Serviços de processamento de dados ligados a serviços essenciais, neste interim estando incluídos a "Locação

**Avenida Monsenhor Gonçalo Eufrásio, 412, Bairro Dep. Grijalva Costa**

CEP 62.350-000 Fone/fax: 88.3634.1246 e-mail:contatos@cmubajara.ce.gov.br

www.cmubajara.ce.gov.br





# CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



do Sistema disposto no objeto contratual”, enquadrando-se no rol de serviços de natureza contínua, onde sua interrupção/paralisação causaria prejuízo para a execução das Atividades Administrativas de natureza contínua;

3.4 - Considerando ainda, o entendimento do TCU quanto à desnecessidade da realização de nova pesquisa de mercado, no caso de eventual prorrogação contratual de serviços de natureza contínua, sendo tal medida tida como custosa e burocrática, tendo em vista que a manutenção do preço originalmente contratado por si só caracteriza-se como condição de vantajosidade, assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em pauta, com fulcro no **Acórdão 1214/2013-Plenário, TC 006.156/2011-8, relator Ministro Aroldo Cedraz, 22.5.2013**, e, considerando a excelência da qualidade do serviço que vem sendo prestado à Câmara Municipal, combinado com o princípio da economicidade, a CONTRATANTE resolve prorrogar o referido contrato por mais 12 (doze) meses, com fulcro nas razões susograftadas, amparado pelo parecer jurídico junto aos autos, desse modo preservando a supremacia do interesse público e o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em tela.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

4.1 - As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Ubajara-CE para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS			
Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
01	01	031.0001.2001 - (ASSEGURAR AS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL)	3.3.90.40.11 (Serv. Tecnologia Informação/Comunic. - PJ)

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas e condições pactuadas anteriormente permanecerão inalteradas e em pleno vigor.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

UBAJARA-CE, 11 de Abril de 2024.

CONTRATANTE –

FILIPÉ DE ANDRADE COSTA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATADA –

RAIMUNDO FREIRE DE BRITO NETO:06040479752  
Assinado de forma digital por RAIMUNDO FREIRE DE BRITO NETO:06040479752  
Dados: 2024.04.11 15:13:38 -03'00'

ASP AUTOMAÇÃO SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA  
CNPJ/MF Nº 29.856.088/0001-20  
RAIMUNDO FREIRE DE BRITO NETO  
CPF: 060.404.797-52  
REPRESENTANTE LEGAL

- TESTEMUNHAS:

1.

Nome:  
CPF nº:

*Andrielly Alves Sousa*  
605.884.483-57

2.

Nome:  
CPF nº:

*Filipe de Andrade Costa*  
056.952.223.46





# CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



## EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL torna público o Extrato do PRIMEIRO ADITIVO ao Contrato nº 14.04.2023.01 decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2023-PE.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Art. 57, incisos II e IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**UNIDADE ADMINISTRATIVA:** CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 01.01.031.0001.2001 - (ASSEGURAR AS ATIVIDADES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL)

**ELEMENTO DE DESPESAS:** 3.3.90.40.11 (Serv. Tecnologia Informação/Comunic. - PJ)

**CONTRATANTE:** CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA-CE

**CONTRATADA:** ASP AUTOMAÇÃO SERVIÇOS E PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA

**OBJETO:** LOCAÇÃO DE SOFTWARES, CONSTANDO DE IMPLANTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E DE DADOS E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS PARA UTILIZAÇÃO, JUNTO AO PODER LEGISLATIVO DE UBAJARA/CE.

**VALOR GLOBAL:** R\$ 22.800,00 (Vinte e dois mil e oitocentos reais).

**PRAZO DE DURAÇÃO:** até 14 de Abril de 2025.

**ASSINA PELA CONTRATANTE:** FILIPE DE ANDRADE COSTA

**ASSINA PELA CONTRATADA:** RAIMUNDO FREIRE DE BRITO NETO

UBAJARA - CE, 11 de Abril de 2024.

FILIPE DE ANDRADE COSTA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL





# CÂMARA MUNICIPAL DE UBAJARA

“Juventude e Tradição a Serviço do Povo.”



## CERTIDÃO DE DIVULGAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL

Certificamos que o Extrato do PRIMEIRO ADITIVO ao Contrato nº 14.04.2023.01 decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2023-PE, cujo objeto é a **LOCAÇÃO DE SOFTWARES, CONSTANDO DE IMPLANTAÇÃO, IMPORTAÇÃO E DE DADOS E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS PARA UTILIZAÇÃO, JUNTO AO PODER LEGISLATIVO DE UBAJARA/CE**, foi afixado no dia 11 de Abril de 2024, no flanelógrafo desta Câmara Municipal, conforme estabelece a legislação em vigor.

UBAJARA - CE, 11 de Abril de 2024.

FILIFE DE ANDRADE COSTA  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

